

Parecer nº 201/98.

Assunto: Redução da alíquota do IPTU.

Consulta: O Presidente da Câmara Municipal de Indianópolis consulta-nos sobre o Projeto de Lei Complementar nº 4/98 que Altera os arts. 48 e 49 da Lei Complementar nº 1007 que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Indianópolis e dá outras providências.”

Resposta:

1 - Do Projeto de Lei Complementar nº 4/98.

O presente Projeto de Lei Complementar visa alterar os artigos 48 e 49 do Código Tributário Municipal.

O Projeto em análise, composto de apenas 02 (dois) artigos possui redação razoável e adequa-se aos princípios nortecedores da técnica legislativa.

2 - Da competência.

P. P.
Ruyfer

Em complemento, preceitua o art. 30, III, da Carta Magna de 1988, competir aos municípios instituir e arrecadar os tributos de sua competência.

Sendo o Município, competente para instituir o Imposto Predial Territorial e Urbano, também detém competência para reduzir a alíquota do mesmo.

A justificativa apresentada menciona que a pretensa redução na alíquota do IPTU proporcionará aos munícipes contribuição para o orçamento familiar.

A redução prevista no projeto sob exame representa um significativo benefício para a comunidade local e, não implica em afronta legal - ou constitucional.

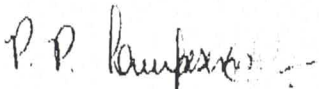
Verifica-se que o Executivo trata a presente questão sob o aspecto da oportunidade e conveniência, uma vez que, o interesse local encontra-se inserido na pretensa redução.

3 - Conclusão.

O Projeto de Lei Complementar nº 498 não contém vícios de legalidade e/ou constitucionalidade impeditivos de sua tramitação nesta Casa de Leis.

É o nosso parecer S.M.

Uberlândia, 15 de dezembro de 1998.


LUIZ CARLOS FIGUEIRA DE MELO.